

Senado quer explicações sobre metas

JORNAL DO BRASIL 10 MAR 1999

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), reagiu às novas metas do acordo brasileiro com o FMI informando que submeterá à Comissão de Constituição e Justiça do Senado as alterações feitas no texto. Há uma semana, ACM havia alertado sobre a possibilidade de o Senado não aprovar o acordo, caso ele seja lesivo aos interesses nacionais, sobretudo os das camadas mais pobres da população. O senador manifestou irritação com o fato de o novo acordo determinar a cobrança da contribuição previdenciária dos militares.

"Não é da conta do FMI o que o governo brasileiro vai fazer com a previdência dos militares", criticou. Para o senador, a revisão do acordo com o FMI deve conter apenas as metas que o país se compromete a atingir para recuperar sua economia, e não determinações de medidas a serem adotadas pelo governo brasileiro. "O FMI pode cobrar metas, mas a maneira de cumpri-las é nossa", afirmou Antônio Carlos Magalhães.

Explicações - Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para explicar os novos termos do acordo firmado pelo governo brasileiro com o FMI. O requerimento, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), obteve apoio de toda a maioria governista da comissão, que também cobrou esclarecimentos sobre as mudanças. "Precisamos discutir essas metas com o ministro e o presidente do Banco Central", defendeu o presidente da CAE, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Para o senador Eduardo Suplicy, a equipe econômica alterou os termos da negociação que se desenvolve desde janeiro com o FMI, com novas regras, metas e compromissos que condicionam a liberação das próximas parcelas da ajuda de R\$ 41,5 bilhões ao Brasil. "O atual texto mudou radicalmente o outro acordo aprovado pelo Senado. As metas principais foram revistas", afirmou Suplicy. Ele citou como exemplo a nova meta de inflação até o final do ano, que é de 16,8%, enquanto a anterior era de 2%.

A CAE aprovou ainda a convocação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Pio Borges, para explicar as distorções verificadas na aplicação dos recursos do banco. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que está havendo "disparidades" pois o BNDES está beneficiando as regiões Sul e Sudeste.